TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO

DESPACHO DO DIRETOR-GERAL
Processo Administrativo Eletrônico nº 3588/2019

INEXIGIBILIDADE Nº 15/2019

Excelentíssimo Senhor Presidente,

1. Trata-se de processo administrativo com vista à contratação do INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA PÚBLICA (IBGP) – CURSO LOUREIRO LTDA. para, por intermédio do professor JETRO COUTINHO MISSIAS, ministrar o curso *in company* “GOVERNANÇA PÚBLICA PARA TRIBUNAIS – APLICAÇÃO DE MELHORES PRÁTICAS NA AVALIAÇÃO DE CONTROLES” (doc. 051932/2019).
2. A escolha da empresa encontra-se justificada pela Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento (doc. 051932/2019 e doc. 051896/2019).
3. Para justificar o valor do investimento a unidade técnica juntou notas fiscais e notas de empenho (doc. 049640/2019).
4. A informação de disponibilidade orçamentária parcial (doc. 053321/2019) demonstra que faltavam R\$ 5.567,29 (cinco mil, quinhentos e sessenta e sete reais e vinte e nove centavos) para acobertar a despesa em questão, o que foi suprido com a anulação parcial da nota de empenho relativa a diárias – capacitação (doc. 053528/2019), de modo que há dotação de recursos suficientes para atendimento do pleito.
5. A análise da Assessoria Jurídica, por meio do Parecer nº 365/2019-ASJUR (doc. 056276/2019), observa que se trata de um serviço técnico especializado, de natureza singular e notória especialidade da contratada para atender às necessidades deste Tribunal, destacando que a razoabilidade dos preços foi balizada pelas notas fiscais e notas de empenho juntadas ao processo, opinando pela possibilidade jurídica de processamento da despesa no artigo 25, inciso II c/c o artigo 13, inciso VI, da Lei nº 8.666/1993.
6. Por sua vez, a Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento efetuou a alteração no item 12.3 do projeto básico, como apontado pela ASJUR (doc. 057430/2019 e doc. 057409/2019).

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO

7. Por tudo que consta neste processado, ao entender demonstrada a necessidade da contratação, e tendo por sustentação a competência delegada pela Portaria nº 117/2018, publicada no DJE nº 2626, de 20/04/2018, adoto a seguintes providência, **condicionadas à ratificação presidencial:**

- a) Aprovo o Projeto Básico, juntado ao doc. 057409/2019.
- b) Autorizo a contratação direta da Empresa **INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA PÚBLICA (IBGP) – CURSO LOUREIRO LTDA.**, CNPJ 18.735.319/0001-20, nos termos do artigo 25, II, c/c 13, VI da Lei nº 8.666/1993, com a consequente emissão de empenho e demais atos decorrentes desta decisão.

8. Por fim, e como medida subsequente e ante ao disposto no artigo 26 da Lei nº 8.666/93, submeto os autos à apreciação de Vossa Excelência, oportunidade em que pondero pela:

- a) pela ratificação da situação de inexigibilidade de licitação para a contratação requerida, fundamentada no artigo 25, II, c/c 13, VI da Lei nº 8.666/93, com a determinação de publicação no DJE/Diário Oficial da União-DOU, como condição para a eficácia dos atos, conforme exigência do artigo 26 do citado diploma legal.
- b) encaminhamento direto à Secretaria de Administração e Orçamento para publicação, emissão das vias da nota de empenho, bem como demais providências pertinentes.

Cuiabá-MT, 09 de julho de 2019.

MAURO SÉRGIO RODRIGUES DIOGO
Diretor-Geral